2 — Para sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos, é suficiência a intervenção de um gerente.

O texto completo e actualizado do contrato ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

19 de Janeiro de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Maria Filomena da Costa Silva Loureiro*.

2007520443

J. CAÇÃO, L.^{DA}

Anúncio n.º 7899-BA/2007

Conservatória do Registo Comercial de Alcanena. Matrícula n.º 205/19810108; identificação de pessoa colectiva n.º 501106898; data de depósito: 20050627.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos de prestação de contas do exercício de 2004.

Está conforme o original.

21 de Dezembro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Orlinda Maria Mateus Henriques Ferreira Gomes*.

2012480969

J. C. PEREIRA & MARTINS, L.^{DA}

Anúncio n.º 7899-BB/2007

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula n.º 1827/020107; identificação de pessoa colectiva n.º 505839377; data: 30062005.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o depósito da prestação de contas do ano de 2004.

Está conforme.

12 de Setembro de 2006. — A Adjunta da Conservadora, *Manuela Gonçalves*.

200744610

J. FATÉRIO, L.^{DA}

Anúncio n.º 7899-BC/2007

Conservatória do Registo Comercial de Alcanena. Matrícula n.º 410/19760701; identificação de pessoa colectiva n.º 500574707; data de depósito: 20050627.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos de prestação de contas do exercício de 2004.

Está conforme o original.

19 de Dezembro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Orlinda Maria Mateus Henriques Ferreira Gomes*.

2012481604

J. F. CORREIA, L.^{DA}

Anúncio n.º 7899-BD/2007

Conservatória do Registo Comercial de Alcanena. Matrícula n.º 473/19911230; identificação de pessoa colectiva n.º 502680571; data de depósito: 20050629.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos de prestação de contas do exercício de 2004.

Está conforme o original.

19 de Dezembro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Orlinda Maria Mateus Henriques Ferreira Gomes*.

2012481973

J. F. R. BARBOSA & C.^A, L.^{DA}

Anúncio n.º 7899-BE/2007

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula/identificação de pessoa colectiva n.º 504657852; data: 30062005; pasta n.º 1419/991130.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o depósito da prestação de contas do ano de 2004.

Está conforme.

15 de Dezembro de 2006. — A Adjunta da Conservadora, *Manuela Gonçalves*.

2011101492

J. GOMES — COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES AUTO, L.^{DA}

Anúncio n.º 7899-BF/2007

Conservatória do Registo Comercial de Alvaiázere. Matrícula n.º 152/940224; identificação de pessoa colectiva n.º 503139963; averbamento n.º 3 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 6; números e data das apresentações: 3 e 4/20050620.

Certifico que:

Pelo averbamento n.º 3 à inscrição 1, foi registado a cessação de funções de gerente de Maria Luísa Dias dos Santos, por renúncia, em 22 de Abril de 2005.

Em relação à sociedade em epígrafe foi registada a alteração parcial do pacto, tendo, em consequência, os artigos 3.º e 4.º do respectivo contrato ficado com a seguinte redacção:

Artigo 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e noutros bens ou demais valores constantes da escrita social, é de 50 000 euros e corresponde à soma de quatro quotas dos valores nominais e titulares seguintes: uma de 20 000 euros, pertencente ao sócio José Francisco Henriques Gomes; e três iguais de 10 000 euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios José Gomes Francisco, Patrícia Andreia Dias Gomes e Tiago Miguel Dias Gomes.

Artigo 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, ficará a cargo de sócios ou não sócios, que vierem a ser designados em assembleia geral, mantendo-se nomeado gerente o sócio José Francisco Henriques Gomes e sendo nomeado gerente, a partir de hoje, o sócio José Gomes Francisco.

2 — Para a sociedade ficar obrigada nos seus actos e contratos basta a intervenção de um gerente.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

Que o dinheiro do ora operado aumento já deu entrada na caixa social e não é exigível pela lei, pelo contrato ou pela deliberação a realização de outras entradas e a parte subscrita no presente aumento por cada menor resulta de aplicação de dinheiro do próprio menor.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

24 de Junho de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Maria Teresa Marques Rodrigues Silveira Tiago*.

2007146630

JIMGA — INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADO, S. A.

Anúncio n.º 7899-BG/2007

Conservatória do Registo Comercial de Felgueiras. Matrícula n.º 2995/040518; identificação de pessoa colectiva n.º 506875210; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 2 e inscrições n.ºs 3 e 4; número e data da apresentação: 18/191104.

Certifico que, em 12 de Outubro de 2004, cessaram funções os órgãos sociais, tendo, em consequência, sido eliminados vários artigos e alterados outros, ficando com a seguinte redacção:

Artigo 2.º

Por simples deliberação do administrador único, a sede social poderá ser transferida para qualquer outro local do mesmo concelho ou concelho limítrofe, podendo, ainda, criar sucursais, delegações ou outras formas locais de representação em território nacional ou estrangeiro.

Artigo 4.º

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 — Os títulos serão assinados pelo administrador único.

Artigo 5.º

A sociedade pode adquirir e alienar participações em sociedades com objecto diferente do atrás referido, em sociedades reguladas por leis especiais, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas para formar sociedades, agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação.

Artigo 6.º

São órgãos sociais a assembleia geral, o administrador único e o fiscal único.

Artigo 7.º

A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente e um secretário, eleitos pela assembleia geral por um período de três anos, de entre accionistas ou outras pessoas.

Artigo 8.º

O administrador único é eleito por períodos de três anos e dispensado da prestação de caução.

Artigo 9.º

- 1 — Têm o direito de estar na assembleia geral e aí discutir e votar, todos os accionistas com direito pelo menos a um voto.
- 2 — A cada 500 euros de capital corresponde um voto.

Artigo 10.º

- 1 — Ao administrador único, como órgão superior de gestão social, detentor de exclusivos e plenos poderes de representação da sociedade, compete deliberar sobre todos os actos de administração e disposição que não estejam expressamente reservados pela lei a outros órgãos sociais, sendo a sua assinatura necessária e suficiente para obrigar a sociedade em quaisquer actos e contratos.
- 2 — Na gestão e orientação técnico-económica da empresa poderá o administrador único adquirir, onerar e alienar bens imóveis, confessar, desistir ou transigir em juízo, celebrar convenções de arbitragem e contratos de locação.

Artigo 11.º

A fiscalização da sociedade incumbe a um fiscal único efectivo e a um suplente, a eleger em assembleia geral por um período de três anos.

Artigo 12.º

Os lucros líquidos terão o destino que for fixado em assembleia geral.

Arquivo ainda:
 Certidão emitida pela focada conservatória do registo comercial.
 Fiz ao outorgante a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto, dentro de três meses a contar de hoje, na competente conservatória.
 Mais certifico que, para o mandato de três anos, foram nomeados os seguintes órgãos sociais:
 Administrador único, Arménio Dias Ferreira, casado, Avenida da República, 1438, lote 4, Parede.
 Fiscal único, José Acácio da Rocha Ferreira, revisor oficial de contas n.º 885, Rua dos Combatentes do Ultramar, 28, Paredes; suplente, Domingos de Oliveira Santos Silva, revisor oficial de contas n.º 1036, Parada, Louredo.

Foi depositado o texto completo na sua redacção actualizada.

Conferida está conforme.

30 de Novembro de 2004. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel da Costa Ribeiro*.

2007354241

J. L. ALVES — CONSTRUÇÕES SOCIEDADE UNIPESSOAL, L.ª

Anúncio n.º 7899-BH/2007

Conservatória do Registo Comercial de Celorico de Basto. Matrícula n.º 567/041104; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo contrato seguinte:

Constituição de sociedade unipessoal

No dia 25 de Outubro do ano 2004, Joaquim Leite Alves, natural de Celorico de Basto, residente no lugar do Monte, freguesia de Britelo, concelho de Celorico de Basto, contribuinte fiscal n.º 156053250, portador do bilhete de identidade n.º 7529968, emitido em 20 de Novembro de 2000, pelo Arquivo de Identificação de Braga, casado.

Declarou que, pelo presente contrato, constitui uma sociedade unipessoal por quotas, de responsabilidade limitada, titular do número de identificação de pessoa colectiva (provisório) 507135830, que se regerá nos termos e condições seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma J. L. Alves — Construções Sociedade Unipessoal, L.ª, e vai ter a sua sede no lugar do Monte, freguesia de Britelo, concelho de Celorico de Basto, e constitui-se por tempo indeterminado, a partir de hoje.

2.º

Por deliberação do sócio único, a sociedade poderá deslocar livremente a sede social para qualquer outro lugar, bem como criar sucursais, filiais, agências ou outras formas de representação, no território nacional.

3.º

O seu objecto social consiste em cedência de mão-de-obra e trabalho temporário, na área da construção civil e outras. Serviços de subempreitada. Construção civil.

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde a uma única quota de igual valor nominal, pertencente ao sócio único.

5.º

A sociedade poderá exigir do sócio prestações suplementares de capital até ao décuplo do capital social.

6.º

O sócio poderá fazer à sociedade os suprimentos de que esta carecer, nas condições de pagamento e reembolso, que forem deliberadas em assembleia geral.

7.º

A representação da sociedade, em juízo e fora dele, activa ou passivamente, será exercida pela gerência.

§ 1.º Fica desde já nomeado como gerente o sócio Joaquim Leite Alves.

8.º

§ 1.º A gerência da sociedade será ou não remunerada, nos termos deliberados em assembleia geral.

§ 2.º A gerência tem a faculdade de constituir mandatários da sociedade para a prática de actos determinados e de acordo com o preceituado no n.º 6 do artigo 252.º do Código das Sociedades Comerciais.